



**CADERNO DE QUESTÕES**  
**Advogado I - Trabalhista**  
**104**

Tipo de Prova Amarelo  
 Nível Superior

NOME DO CANDIDATO	No. INSCRIÇÃO	CÓD. CARGO	SALA	ORDEM
-------------------	---------------	------------	------	-------

**INSTRUÇÕES PARA A REALIZAÇÃO DAS PROVAS**

- Confira, com máxima atenção, o Caderno de Questões, observando o número de questões contidas e se há defeito(s) de encadernação e/ou de impressão que dificultem a leitura. Caso haja, comunique imediatamente ao fiscal de sala.
- Confira, com máxima atenção, se os dados (nome do candidato, inscrição, número do documento de identidade e cargo) constantes na Folha de Respostas estão corretos. E havendo falhas na Folha de Respostas, comunique imediatamente ao fiscal de sala.
- Use apenas caneta esferográfica azul ou preta de corpo transparente.
- A prova terá duração máxima de 5h (cinco horas): tempo para responder a todas as Questões da Prova Objetiva, preencher a Folha de Respostas e o Gabarito que faz parte desta capa.
- Tempo mínimo de permanência em sala após início das provas: 4h (quatro horas).
- O Caderno de Questões somente poderá ser levado 30 (trinta) minutos antes do término do tempo determinado para a realização da prova.
- Para cada questão de múltipla escolha, há apenas uma resposta correta.
- Use todos os espaços em branco do caderno de questões para rascunho.
- A Folha de Respostas não poderá ser dobrada, amassada ou danificada. Em hipótese alguma, será substituída.
- Assine a Folha de Respostas no espaço apropriado.
- Não ultrapasse o limite dos alvéolos no gabarito da Folha de Respostas.
- Antes de retirar-se definitivamente da sala, entregue a Folha de Respostas ao fiscal.
- A embalagem que guarda todos os aparelhos de uso não permitidos só poderá ser aberta fora do prédio de aplicação das provas.
- Até que você saia do prédio, todas as orientações continuam válidas, sendo passíveis de sanções contidas no Edital, caso não obedecidas.

**CEAGESP – CONCURSO PÚBLICO - EDITAL 01/2018**

Nome do Candidato				No. de inscrição
<p><b>RESPOSTAS de 01 a 20</b></p> <p>01 A B C D</p> <p>02 A B C D</p> <p>03 A B C D</p> <p>04 A B C D</p> <p>05 A B C D</p> <p>06 A B C D</p> <p>07 A B C D</p> <p>08 A B C D</p> <p>09 A B C D</p> <p>10 A B C D</p> <p>11 A B C D</p> <p>12 A B C D</p> <p>13 A B C D</p> <p>14 A B C D</p> <p>15 A B C D</p> <p>16 A B C D</p> <p>17 A B C D</p> <p>18 A B C D</p> <p>19 A B C D</p> <p>20 A B C D</p>	<p><b>RESPOSTAS de 21 a 40</b></p> <p>21 A B C D</p> <p>22 A B C D</p> <p>23 A B C D</p> <p>24 A B C D</p> <p>25 A B C D</p> <p>26 A B C D</p> <p>27 A B C D</p> <p>28 A B C D</p> <p>29 A B C D</p> <p>30 A B C D</p> <p>31 A B C D</p> <p>32 A B C D</p> <p>33 A B C D</p> <p>34 A B C D</p> <p>35 A B C D</p> <p>36 A B C D</p> <p>37 A B C D</p> <p>38 A B C D</p> <p>39 A B C D</p> <p>40 A B C D</p>	<p><b>RESPOSTAS de 41 a 60</b></p> <p>41 A B C D</p> <p>42 A B C D</p> <p>43 A B C D</p> <p>44 A B C D</p> <p>45 A B C D</p> <p>46 A B C D</p> <p>47 A B C D</p> <p>48 A B C D</p> <p>49 A B C D</p> <p>50 A B C D</p> <p>51 A B C D</p> <p>52 A B C D</p> <p>53 A B C D</p> <p>54 A B C D</p> <p>55 A B C D</p> <p>56 A B C D</p> <p>57 A B C D</p> <p>58 A B C D</p> <p>59 A B C D</p> <p>60 A B C D</p>	<p><b>RESPOSTAS de 61 a 80</b></p> <p>61 A B C D</p> <p>62 A B C D</p> <p>63 A B C D</p> <p>64 A B C D</p> <p>65 A B C D</p> <p>66 A B C D</p> <p>67 A B C D</p> <p>68 A B C D</p> <p>69 A B C D</p> <p>70 A B C D</p> <p>71 A B C D</p> <p>72 A B C D</p> <p>73 A B C D</p> <p>74 A B C D</p> <p>75 A B C D</p> <p>76 A B C D</p> <p>77 A B C D</p> <p>78 A B C D</p> <p>79 A B C D</p> <p>80 A B C D</p>	<p><b>RESPOSTAS de 81 a 100</b></p> <p>81 A B C D</p> <p>82 A B C D</p> <p>83 A B C D</p> <p>84 A B C D</p> <p>85 A B C D</p> <p>86 A B C D</p> <p>87 A B C D</p> <p>88 A B C D</p> <p>89 A B C D</p> <p>90 A B C D</p> <p>91 A B C D</p> <p>92 A B C D</p> <p>93 A B C D</p> <p>94 A B C D</p> <p>95 A B C D</p> <p>96 A B C D</p> <p>97 A B C D</p> <p>98 A B C D</p> <p>99 A B C D</p> <p>100 A B C D</p>

**1. Segundo o disposto na Constituição Federal de 1988, a República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:**

- a) A soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político.
  - b) A soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, uma sociedade livre e justa.
  - c) A soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, a função social do contrato e o pluralismo político.
  - d) A soberania, a cidadania, o desenvolvimento do país e da América Latina, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político.
- 

**2. Segundo o disposto na Constituição Federal de 1988, constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:**

- a) Construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; e promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.
  - b) Construir uma sociedade livre; garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza; promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor; e manter a ordem e progresso.
  - c) Construir uma sociedade livre e justa; garantir o desenvolvimento empresarial; erradicar a pobreza e reduzir as desigualdades sociais e continentais; e promover o bem de todos.
  - d) Construir uma sociedade solidária; garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza; e promover o bem de todos.
- 

**3. Segundo o disposto no artigo 5º, da Constituição Federal de 1988, não haverá penas:**

- a) De morte, salvo em caso de guerra declarada, nos termos do art. 84, XIX; de caráter perpétuo; de trabalhos forçados; de banimento; e de privação ou restrição da liberdade.
  - b) De morte, salvo em caso de guerra declarada, nos termos do art. 84, XIX; de trabalhos forçados; de banimento; de privação ou restrição da liberdade; e de perda de bens.
  - c) De morte, salvo em caso de guerra declarada, nos termos do art. 84, XIX; de caráter perpétuo; de trabalhos forçados; de banimento; de perda de bens; e de suspensão de direitos.
  - d) De morte, salvo em caso de guerra declarada, nos termos do art. 84, XIX; de caráter perpétuo; de trabalhos forçados; de banimento; e cruéis.
- 

**4. Segundo o disposto na Constituição Federal de 1988, o alistamento eleitoral e o voto são facultativos para:**

- a) Os maiores de sessenta anos.
  - b) Os maiores de quinze e menores de dezoito anos.
  - c) Os maiores de dezesseis e menores de vinte e um anos.
  - d) Os analfabetos.
- 

**5. Segundo o disposto na Constituição Federal de 1988, não compete privativamente à União legislar sobre:**

- a) Direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho.
  - b) Direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico.
  - c) Segurança social.
  - d) Trânsito e transporte.
- 

**6. Segundo o disposto na Constituição Federal de 1988, o processo legislativo não compreende a elaboração de:**

- a) Medidas provisórias.
  - b) Leis complementares.
  - c) Cláusulas contratuais.
  - d) Leis ordinárias.
- 

**7. Segundo o disposto na Constituição Federal de 1988, não são órgãos do Poder Judiciário:**

- a) Os Tribunais e Juízes Militares.

- b) Os Tribunais de Contas.
  - c) O Conselho Nacional de Justiça.
  - d) O Tribunal Superior do Trabalho.
- 

**8. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios, exceto:**

- a) Soberania nacional; propriedade privada; e função social da propriedade.
  - b) Livre concorrência; defesa do consumidor; e defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação.
  - c) Defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação; tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no país; e do investimento mais benéfico.
  - d) Redução das desigualdades regionais e sociais; busca do pleno emprego; e tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no país.
- 

**9. Sabe-se que o Regime Jurídico Administrativo consiste no conjunto de regras, normas e princípios que estruturam a atividade administrativa, sempre evidenciando a supremacia do interesse público sobre o interesse privado. Nesse sentido, assinale a alternativa incorreta:**

- a) O Regime Jurídico Administrativo visa a integridade da coisa pública, razão pela qual, tem a finalidade de nortear as atividades dos seus agentes.
  - b) Os princípios implícitos e expressos são considerados basilares da atividade pública e não há hierarquia entre eles.
  - c) O agente público deve sempre agir em nome do Poder Público; mas, a lei admite exceções, autorizando-o a agir em nome próprio.
  - d) As alternativas 'A' e 'B' estão corretas.
- 

**10. Identifique, nas assertivas a seguir, alguns dos princípios contidos no artigo 37 da Constituição Federal de 1988:**

- I. Tudo que não for proibido por lei é permitido;
- II. Todos os atos da Administração Pública devem ser acessíveis a todos;
- III. A Administração Pública deve sempre atuar de maneira lógica e congruente;
- IV. A honestidade e a probidade são obrigatórias na Administração Pública.

**A seguir, assinale a alternativa correta:**

- a) Legalidade; publicidade; razoabilidade; moralidade.
  - b) Publicidade; legalidade; moralidade; razoabilidade.
  - c) Moralidade; razoabilidade; legalidade; publicidade.
  - d) Razoabilidade; moralidade; publicidade; legalidade.
- 

**11. A partir da afirmação: “a Administração Pública é dividida em direta e indireta”, assinale a alternativa correta:**

- a) A Administração indireta compreende um conjunto de pessoas jurídicas com o propósito de executar tarefas administrativas de forma centralizada.
  - b) As entidades que compõem a Administração indireta não se subordinam à Administração direta.
  - c) A Administração indireta não se vincula à Administração direta.
  - d) As entidades da Administração indireta não possuem personalidade jurídica própria.
- 

**12. Nos enunciados abaixo, assinale: “V” para verdadeiro e “F” para falso:**

- I. Nas sociedades de economia mista, o capital social é majoritariamente público;
- II. A forma societária da sociedade de economia mista é de uma sociedade por ações;
- III. O capital social da empresa pública é 100% (cem por cento) público;
- IV. A única forma societária admitida para a empresa pública é a de uma sociedade por ações.

**A seguir, assinale a alternativa correta:**

- a) I, II e III são verdadeiros; IV é falso.
- b) I, II e IV são verdadeiros; III é falso.

- c) Todos são verdadeiros.
  - d) Todos são falsos.
- 

**13. Sobre o contrato administrativo, assinale a alternativa correta:**

- a) É um contrato de adesão.
  - b) Deve sempre buscar a proteção do interesse coletivo.
  - c) É um contrato formal, nos termos da lei nº 8.666/1993.
  - d) Todas as alternativas estão corretas.
- 

**14. Sobre o procedimento licitatório de observância necessária pela Administração Pública, pode-se afirmar que:**

- a) A Lei nº 8.666/1993 é o estatuto jurídico que disciplina o procedimento licitatório.
  - b) A lei disciplina as hipóteses de dispensa em licitações.
  - c) O Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC), criado pela Lei nº 12.462/2011, alterou a Lei nº 8.666/1993.
  - d) As alternativas “A” e “B” estão corretas, enquanto a alternativa “C” está incorreta.
- 

**15. Assinale a alternativa correta:**

- a) A concessão é uma forma de prestação de serviços públicos, pelo Poder Público.
  - b) A concessão é um acordo de vontades entre a Administração Pública e um particular, por meio do qual a primeira transfere para o segundo a execução de serviços públicos, para que este o exerça em seu próprio nome e risco, mediante tarifa paga pelo usuário.
  - c) A concessão é um acordo de vontades entre a Administração Pública e um particular, por meio do qual a primeira transfere para o segundo a execução de serviços públicos, para que este o exerça sob nome e risco da primeira.
  - d) Todas as alternativas estão incorretas.
- 

**16. Nos termos do artigo 170 da Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa cujo enunciado não caracterize infração à ordem econômica:**

- a) Limitar, falsear ou de qualquer forma prejudicar a livre concorrência ou a livre iniciativa.
  - b) Dominar mercado relevante de bens ou serviços.
  - c) Desviar a clientela do concorrente.
  - d) Exercer, de forma abusiva, posição dominante.
- 

**17. Segundo a Lei nº 8.212/1991, a Seguridade Social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinado a assegurar o direito relativo:**

- a) À saúde, à previdência e à assistência social.
  - b) À saúde, à previdência e à paz social.
  - c) À saúde e à previdência, apenas.
  - d) À previdência social e à assistência social, apenas.
- 

**18. São princípios e diretrizes obedecidas pela Seguridade Social, exceto:**

- a) Universalidade da cobertura e do atendimento.
  - b) Uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais.
  - c) Cálculo dos benefícios considerando-se os salários-de-contribuição, corrigidos monetariamente.
  - d) Irredutibilidade do valor dos benefícios.
- 

**19. A Previdência Social rege-se pelos seguintes princípios e objetivos, exceto:**

- a) Universalidade de participação nos planos previdenciários.
  - b) Uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais.
  - c) Irredutibilidade do valor dos benefícios de forma a preservar-lhes o poder aquisitivo.
  - d) Previdência complementar compulsória, custeada por contribuição adicional.
- 

**20. À luz dos dispositivos constitucionais referentes à Previdência Social, julgue os itens abaixo:**

- I. A previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial;
  - II. A previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação facultativa, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial;
  - III. A previdência social atenderá, nos termos da lei, a proteção ao trabalhador em situação de desemprego voluntário;
  - IV. A previdência social atenderá, nos termos da lei, a proteção ao salário-família e auxílio-reclusão para os dependentes dos segurados de baixa renda.
- a) Somente o item I está correto.
  - b) Todos os itens estão incorretos.
  - c) Os itens I e IV estão corretos.
  - d) Os itens II e III estão corretos.
- 

**21. A seguridade social é financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, mediante recursos provenientes dos orçamentos da:**

- a) União e dos Estados, apenas.
  - b) União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de contribuições sociais.
  - c) União, dos Estados, dos Municípios e de contribuições sociais.
  - d) União, dos Estados e dos Municípios.
- 

**22. O Regime Geral de Previdência Social compreende as seguintes prestações ao dependente:**

- a) Auxílio doença e salário família.
  - b) Salário maternidade e auxílio acidente.
  - c) Salário família e salário maternidade.
  - d) Pensão por morte e auxílio reclusão.
- 

**23. Com relação ao acidente de trabalho no regime geral de previdência social, julgue os itens a seguir.**

- I. Considera-se acidente do trabalho a seguinte entidade mórbida: doença profissional, assim entendida a produzida ou desencadeada pelo exercício do trabalho peculiar a determinada atividade e constante da respectiva relação elaborada pelo Ministério do Trabalho e da Previdência Social;
- II. Equiparam-se ao acidente do trabalho: o acidente sofrido pelo segurado no local e no horário do trabalho, em consequência de ato de pessoa privada do uso da razão;
- III. Equiparam-se ao acidente do trabalho: o acidente sofrido pelo segurado ainda que fora do local e horário de trabalho: a) na execução de ordem ou na realização de serviço sob a autoridade da empresa; b) na prestação espontânea de qualquer serviço à empresa para lhe evitar prejuízo ou proporcionar proveito;
- IV. Equiparam-se ao acidente do trabalho: desabamento, inundação, incêndio e outros casos fortuitos ou decorrentes de força maior.

**Estão corretos os itens:**

- a) I e II.
  - b) I e IV.
  - c) I, III e IV.
  - d) Todas as alternativas.
- 

**24. Cristina foi casada em regime de comunhão total de bens com Ivanildo. O casamento durou 35 anos, não havendo dependentes ou outros herdeiros. Ivanildo contribuiu ininterruptamente com a Previdência Social até completar os requisitos legais para a sua aposentadoria, o que ocorreu pouco após a realização do divórcio com Cristina. Quando do divórcio do casal, as partes renunciaram reciprocamente o direito aos alimentos. Após 5 (cinco) anos do divórcio, Ivanildo sofreu um acidente vascular cerebral e veio a falecer, sem deixar testamento ou declaração de última vontade. Neste caso, Cristina possui direito a algum benefício previdenciário pelo falecimento do seu ex-marido?**

**Assinale a opção correta:**

- a) Não, pois Cristina não possui qualquer direito previdenciário pela ocasião do falecimento do seu ex-marido.
- b) Não, pois após renunciar aos alimentos, não há nada que modifique tal decisão, pois os alimentos são renunciáveis.
- c) Sim, desde que comprovada a necessidade econômica superveniente.
- d) Sim, pois Cristina participou das contribuições previdenciárias durante o período necessário para aposentadoria do seu ex-marido. Em razão disso, Cristina possui direito a pensão por morte.

---

**25. Clemência, que trabalhou durante 10 (dez) anos como empregada registrada na fábrica de brinquedos “TOYS”, foi demitida e começou a trabalhar como autônoma há 6 (seis) anos, prestando serviços de manicure diretamente aos seus clientes. Durante esses anos de prestação de serviço como autônoma, Clemência jamais realizou qualquer contribuição previdenciária.**

**Considerando essa situação hipotética, Clemência:**

- a) É segurada obrigatória do RGPS.
  - b) Permaneceu na condição de segurada e inscrita no RGPS, mesmo após o período de graça, uma vez que não recebia qualquer benefício previdenciário.
  - c) Está obrigada ao pagamento da contribuição previdenciária somente a partir da sua inscrição no RGPS.
  - d) Poderá optar por filiar-se ou não ao sistema previdenciário.
- 

**26. Mantém a qualidade de segurado, independentemente de contribuições, exceto:**

- a) Até 2 (dois) meses após o licenciamento, o segurado incorporado às Forças Armadas para prestar serviço militar.
  - b) Até 12 (doze) meses após cessar a segregação, o segurado acometido de doença de segregação compulsória.
  - c) Até 6 (seis) meses após a cessação das contribuições, o segurado facultativo.
  - d) Até 12 (doze) meses após o livramento, o segurado retido ou recluso.
- 

**27. Sobre o salário-de-contribuição, julgue os itens a seguir:**

- I. Para o empregado doméstico: a remuneração registrada na Carteira de Trabalho e Previdência Social, observadas as normas a serem estabelecidas em regulamento para comprovação do vínculo empregatício e do valor da remuneração;
- II. Para o empregado e segurado facultativo: a remuneração auferida em uma ou mais empresas, assim entendida a totalidade dos rendimentos pagos, devidos ou creditados a qualquer título, durante o mês, destinados a retribuir o trabalho, qualquer que seja a sua forma, inclusive as gorjetas, os ganhos habituais sob a forma de utilidades e os adiantamentos decorrentes de reajuste salarial, quer pelos serviços efetivamente prestados, quer pelo tempo à disposição do empregador ou tomador de serviços nos termos da lei ou do contrato ou, ainda, de convenção ou acordo coletivo de trabalho ou sentença normativa;
- III. Para o contribuinte individual: a remuneração auferida em uma ou mais empresas ou pelo exercício de sua atividade por conta própria, durante o mês;
- IV. Para o trabalhador avulso: o valor por ele declarado.

**Estão certos apenas os itens:**

- a) I e II;
  - b) I e III;
  - c) I, II e IV;
  - d) III e IV.
- 

**28. O Regime de Previdência dos Servidores Públicos, denominado Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), tem suas políticas elaboradas e executadas pela Secretaria de Previdência do Ministério da Fazenda. Após a Emenda Constitucional nº 20, de 16/12/1998, excluem-se deste Regime as seguintes pessoas:**

- a) Os agentes políticos, servidores temporários e detentores de cargos de confiança.
  - b) Servidor titular de cargo efetivo, servidores temporários e detentores de cargos de confiança.
  - c) Empregados públicos, servidor titular de cargo efetivo, servidores temporários.
  - d) Servidores temporários, agentes políticos, empregados públicos.
- 

**29. O prazo máximo do contrato de trabalho na modalidade de experiência será de:**

- a) 30 (trinta) dias.
  - b) 45 (quarenta e cinco) dias.
  - c) 90 (noventa) dias.
  - d) 60 (sessenta) dias.
- 

**30. As férias poderão ser fracionadas em até:**

- a) 3 (três) vezes.

- b) 4 (quatro) vezes.
  - c) 2 (duas) vezes.
  - d) 5 (cinco) vezes.
- 

**31. O aviso prévio trabalhado, se a rescisão tiver sido promovida pelo empregador, poderá ser reduzido:**

- a) De 3 (três) horas diárias.
  - b) De 2 (duas) horas diárias.
  - c) De 4 (quatro) horas diárias.
  - d) De 5 (cinco) horas diárias.
- 

**32. Caso o reclamante não compareça em audiência inicial, o Juiz:**

- a) Determinará o seu comparecimento mediante força policial.
  - b) Redesignará a audiência para data posterior.
  - c) Arquivará o processo.
  - d) Julgará a causa.
- 

**33. As verbas rescisórias:**

- a) Devem ser pagas no primeiro dia útil após o último dia trabalhado.
  - b) Devem ser pagas em até 5 dias após o último dia trabalhado.
  - c) Devem ser pagas em até 20 dias após o último dia trabalhado.
  - d) Devem ser pagas em até 10 dias após o último dia trabalhado.
- 

**34. A preclusão é:**

- a) A perda da pretensão punitiva ou executória em face do decurso do tempo.
  - b) A perda do direito de ação em face do decurso do tempo.
  - c) A sanção processual ao querelante inerte ou negligente.
  - d) A perda do direito de agir nos autos em face da perda da oportunidade, conferida por certo prazo.
- 

**35. O período mínimo que a empregada gestante tem direito à licença maternidade é de:**

- a) 180 dias.
  - b) 150 dias.
  - c) 120 dias.
  - d) 90 dias.
- 

**36. Não é hipótese de interrupção do contrato de trabalho:**

- a) Férias.
  - b) Casamento.
  - c) Domingos e feriados.
  - d) Suspensão disciplinar.
- 

**37. Não é forma de extinção do contrato de trabalho:**

- a) A rescisão indireta.
  - b) A dispensa por justa causa.
  - c) O acidente de trabalho.
  - d) A morte do empregador.
- 

**38. O adicional noturno é concedido ao empregado que laborar:**

- a) A partir das 22 horas.
- b) A partir das 20 horas.

- c) A partir das 18 horas.
  - d) A partir das 24 horas.
- 

**39. Não é hipótese de estabilidade provisória:**

- a) Gestante.
  - b) O recebimento de auxílio-doença.
  - c) Membro da CIPA.
  - d) Acidente de trabalho.
- 

**40. É considerado trabalho infantil no Brasil aquele realizado por crianças ou adolescentes com idade inferior a:**

- a) 12 anos, a não ser na condição de aprendiz, quando a idade mínima permitida será de 10 anos.
  - b) 14 anos, a não ser na condição de aprendiz, quando a idade mínima permitida será de 12 anos.
  - c) 16 anos, a não ser na condição de aprendiz, quando a idade mínima permitida será de 14 anos.
  - d) 18 anos, a não ser na condição de aprendiz, quando a idade mínima permitida será de 16 anos.
- 

**41. Não é característica de uma relação de emprego:**

- a) Subordinação.
  - b) Pessoalidade.
  - c) Eventualidade.
  - d) Habitualidade.
- 

**42. O ato jurídico celebrado entre uma entidade sindical laboral e uma ou mais empresas correspondentes, no qual se estabelecem regras na relação trabalhista existente entre ambas as partes, chama-se:**

- a) Acordo de compensação de jornada de trabalho.
  - b) Convenção coletiva de trabalho.
  - c) Contrato de trabalho.
  - d) Acordo coletivo de trabalho.
- 

**43. É lícita a alteração no contrato de trabalho do empregado, quando:**

- a) Realizada de forma unilateral pelo empregador.
  - b) Realizada por mútuo consentimento com o empregado.
  - c) Realizada por mútuo consentimento com o empregado e desde que não lhe resulte prejuízo.
  - d) Nenhuma das alternativas acima.
- 

**44. Segundo a Norma Regulamentadora 15, Anexo I, qual é o limite de tolerância do nível de ruído em decibéis:**

- a) 88 decibéis para até 8 horas de trabalho.
  - b) 87 decibéis para até 8 horas de trabalho.
  - c) 86 decibéis para até 8 horas de trabalho.
  - d) 85 decibéis para até 8 horas de trabalho.
- 

**45. Indique abaixo qual das alternativas não compõe as fontes de lei formais no Direito do Trabalho:**

- a) Contrato de Trabalho.
  - b) Tratados Internacionais.
  - c) Constituição Federal.
  - d) Fatores econômicos, sociais, políticos, culturais, religiosos, biológicos, que influenciaram a produção da norma.
- 

**46. O prazo para interposição do recurso ordinário é de:**

- a) 15 (quinze) dias úteis.
- b) 8 (oito) dias úteis.



- c) 15 (quinze) dias corridos.
  - d) 8 (oito) dias corridos.
- 

**47. A empresa “A” interpôs agravo de petição, porém o recurso teve o seu seguimento e processamento denegado. Diante dessa decisão, qual é o recurso cabível:**

- a) Ação rescisória.
  - b) Agravo de instrumento.
  - c) Recurso ordinário.
  - d) Recurso especial.
- 

**48. A ausência de preposto da reclamada na audiência trabalhista configura:**

- a) Revelia.
  - b) Situação normal, desde que presente o advogado da reclamada.
  - c) A obrigação de nova audiência com a presença de um preposto da reclamada.
  - d) O arquivamento da reclamação trabalhista.
- 

**49. João foi surpreendido com a informação de que sua conta bancária foi bloqueada por meio de decisão oriunda de reclamação trabalhista ajuizada contra uma empresa da qual ele nunca foi sócio. Diante dessa situação, qual é o instrumento a ser manejado pelo advogado de João:**

- a) Recurso de apelação.
  - b) Embargos à execução.
  - c) Agravo de petição.
  - d) Embargos de terceiro.
- 

**50. José ajuizou uma reclamação trabalhista em face da empresa “A”, sendo que na data da audiência o mesmo não pôde comparecer, pois tinha um jogo de futebol para participar com os seus amigos. Diante da ausência do reclamante em audiência o Juiz deverá:**

- a) Realizar a audiência, sem a presença de José.
  - b) Marcar nova data para uma segunda audiência.
  - c) Determinar o arquivamento da Reclamação Trabalhista, permitindo a sua redistribuição.
  - d) Determinar o arquivamento da Reclamação Trabalhista, impedindo a sua redistribuição.
- 

**51. As ações ajuizadas junto ao Tribunal para solucionar conflitos entre as partes coletivas que compõem uma relação de trabalho são conhecidas como:**

- a) Convenção coletiva do trabalho.
  - b) Reclamações trabalhistas.
  - c) Mandado de segurança coletivo.
  - d) Dissídios coletivos.
- 

**52. Das alternativas abaixo, qual não é um recurso utilizado na integração das normas trabalhistas, previstos na Consolidação das Leis do Trabalho:**

- a) Súmulas.
  - b) Orientações jurisprudenciais.
  - c) Sentença arbitral.
  - d) Precedentes normativos.
- 

**53. O instituto que foi criado com o intuito de solucionar o problema do acesso à Justiça pela população, visando beneficiar a classe hipossuficiente, que mormente não possui condições financeiras de pagar honorários de advogado, é denominado de:**

- a) Capacidade postulatória.
- b) Sindicato dos trabalhadores.

- c) *Jus postulandi*.
  - d) Reclamação trabalhista.
- 

**54. O conjunto de acórdãos, do mesmo tribunal, que apresenta interpretação idêntica de preceito jurídico, sem caráter obrigatório, oriundo da Comissão de Jurisprudência e de Precedentes Normativos, é chamado de:**

- a) Súmulas.
  - b) Orientações jurisprudenciais.
  - c) Convenção coletiva de trabalho.
  - d) Súmulas vinculantes.
- 

**55. O prazo para oposição de Embargos de Declaração na Justiça do Trabalho é de:**

- a) 5 (cinco) dias úteis.
  - b) 8 (oito) dias corridos.
  - c) 5 (cinco) dias corridos.
  - d) 8 (oito) dias úteis.
- 

**56. Opostos os embargos de declaração em face da sentença de primeira instância, o prazo para a interposição de eventual recurso ordinário estará:**

- a) Interrompido, contando-se apenas os dias remanescentes para a interposição do recurso ordinário, a partir da decisão que acolheu, ou não, os embargos declaratórios.
  - b) Suspensão, devolvendo-se o prazo integral para a interposição do recurso ordinário.
  - c) Suspensão, contando-se apenas os dias remanescentes para a interposição do recurso ordinário, após a decisão que acolheu, ou não, os embargos declaratórios.
  - d) Interrompido, devolvendo-se o prazo de origem para a interposição do recurso ordinário, a partir da decisão que acolheu, ou não, os embargos declaratórios.
- 

**57. Na Justiça do Trabalho, as ações cujo valor da causa estiver entre 2 (dois) salários mínimos e 40 (quarenta) salários mínimos deverão seguir o:**

- a) Rito Sumário.
  - b) Rito Especial.
  - c) Rito Sumaríssimo.
  - d) Rito Ordinário.
- 

**58. Assinale a questão que não trata de um sistema de solução de conflito trabalhista aceito pela Justiça do Trabalho brasileira:**

- a) Arbitragem.
  - b) Comissão de conciliação prévia.
  - c) Reclamação trabalhista.
  - d) Dissídios coletivos.
- 

**59. A testemunha que ajuizou reclamação trabalhista em face da reclamada, trocando favores com o reclamante, será considerada:**

- a) Válida.
  - b) Suspeita.
  - c) Indigna.
  - d) Legítima
- 

**60. Nas ações que tramitam pelo rito sumaríssimo, cada parte poderá arrolar:**

- a) 3 (três) testemunhas.
- b) 4 (quatro) testemunhas.
- c) 2 (duas) testemunhas.
- d) 5 (cinco) testemunhas.